tória natural, de um serviço de documentação científica e de um gabinete de fotografia e som.

§ único. Quando for conveniente poderão ser organizadas outras actividades de interesse para a acção a desenvolver pelo Centro.

Art. 7.º O Centro terá uma secção na cidade do Mindelo, com os serviços que o governador determinar. Os serviços da secção serão predominantemente dedicados às ciências humanas, funcionando em estreita cooperação com os organismos da mesma modalidade da Junta de Investigações, e funcionará junto deles o Arquivo Geral de Cabo Verde, instituído pelo Diploma Legislativo provincial n.º 1374, de 15 de Março de 1958, e integrado nos serviços de instrução, conforme o disposto na alínea a) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 41 472, de 23 de Dezembro de 1957.

§ único. A direcção do Arquivo Geral de Cabo Verde será exercida pelo presidente da comissão executiva do Centro ou, no caso de necessidade, pelo director da secção do Mindelo, conforme for determinado pelo governador.

Art. 8.º A Junta de Investigações do Ultramar prestará todo o apoio necessário ao Centro de Estudos, nomeadamente no estudo conveniente do material recolhido, a fazer nos seus centros e laboratórios especializados.

Art. 9.º O Centro de Estudos é constituído por vogais, investigadores, estagiários e tirocinantes e por pessoal técnico e auxiliar.

Art. 10.º Os vogais serão nomeados pelo Ministro do Ultramar, sob proposta da Junta de Investigações do Ultramar, de entre pessoas de reconhecida competência em estudos que visem aspectos característicos da província e que aceitem contribuir para a realização dos fins do Centro de Estudos.

§ 1.º O número de vogais nomeados não pode exceder 30.

§ 2.º São vogais natos do Centro de Estudos o director da secção referida no artigo 7.º e os chefes das missões e brigadas da Junta de Investigações do Ultramar e do Instituto de Medicina Tropical que tenham por objecto o estudo de problemas específicos da província, quer se encontrem em campanha em Cabo Verde, quer em trabalhos na metrópole.

§ 3.º As funções de vogal do Centro são gratuitas.

Art. 11.º Para assegurar a realização dos fins a que o Centro de Estudos se destina haverá uma comissão executiva, composta por três vogais. Um dos vogais servirá de presidente e outro de secretário.

§ 1.º Os vogais designados para constituírem a comissão executiva serão nomeados pelo Ministro do Ultramar, sendo o presidente um investigador contratado da Junta de Investigações do Ultramar, por esta indicado e que não seja chefe de missão ou brigada, e os outros sob proposta do Governo de Cabo Verde, ouvida a mesma Junta.

§ 2.º O investigador a que se refere o parágrafo anterior será admitido por contrato, de harmonia com o disposto no Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, não podendo o seu vencimento, que será fixado pelo Ministro do Ultramar, exceder o dos chefes de missão da Junta.

§ 3.º Aos outros membros da comissão executiva poderá o Ministro do Ultramar atribuir uma gratificação, que por ele será fixada, tendo em atenção os recursos do Centro.

Art. 12.º O pessoal de investigação do Centro de Estudos será admitido por contrato, de harmonia com o disposto no Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, mediante autorização do Ministro do Ultramar.

§ 1.º Os vencimentos serão fixados para cada caso pelo Ministro do Ultramar, tendo em consideração os recursos financeiros do Centro e os vencimentos dos funcionários públicos da província.

§ 2.º A secção a que se refere o artigo 7.º será em regra dirigida por um dos investigadores admitidos nos termos do corpo deste artigo. Sempre que a direcção possa ser confiada a funcionário público que exerça funções na província, será designado por simples despacho do Ministro do Ultramar, que poderá fixar-lhe uma gratificação pela acumulação.

Art. 13.º Constituem receitas do Centro de Estudos:

a) Os subsídios que lhe forem atribuídos no orçamento geral da província de Cabo Verde;

b) As importâncias que lhe forem anualmente destinadas pelo Ministro do Ultramar das dotações da Junta de Investigações do Ultramar e da Agência-Geral do Ultramar;

c) O produto da venda das publicações que tenha custeado e quaisquer outros proventos que lhe advinhem do exercício da sua actividade;

d) O saldo dos exercícios findos;

e) Quaisquer outras verbas que lhe sejam atribuídas ou concedidas por entidades particulares ou oficiais.

Art. 14.º O conselho administrativo do Centro de Estudos será constituído, para todos os efeitos legais, pelos elementos que formam a comissão executiva.

Art. 15.º Ao conselho administrativo compete administrar as verbas do orçamento privativo do Centro, que será aprovado anualmente pelo governador da província.

§ único. A gestão será julgada pelo Tribunal Administrativo da província.

Art. 16.º O Ministro do Ultramar, em portaria, disporá o mais que for necessário para o perfeito funcionamento do Centro.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Vasco Lopes Alves.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. — Vasco Lopes Alves.

Portaria n.º 18 357

Pela Portaria n.º 18 272, de 16 de Fevereiro de 1961, foi o Governo-Geral de Angola dotado com os recursos financeiros necessários para a urgente execução do seu plano de radiodifusão (telecomunicações).

Por sua vez, o Centro de Informação e Turismo de Angola, a que caberá a direcção da radiodifusão oficial, em conformidade com o artigo 4.º do regulamento do mesmo Centro, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 3014, de 11 de Novembro de 1959, não dispõe só por si dos elementos necessários que habilitem o Governo-Geral de Angola a mandar proceder aos respectivos estudos e instalação.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 7.º do Decreto n.º 40 869, de 20 de Novembro de 1956:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1.º É criada, com carácter temporário, a comissão coordenadora do plano de radiodifusão da província de Angola.

2.º São objectivos da comissão:

a) Elaboração do plano geral de radiodifusão de Angola;

b) Preparação e conclusão dos processos de concurso de materiais e aparelhos necessários ao referido plano;

c) A execução, em regime de tarefa ou por administração directa, das obras e outros trabalhos que por essa forma tenham de ser executados;

d) Instalação e entrega ao Centro de Informação e Turismo de Angola de tudo o que resulta do mesmo plano geral de radiodifusão uma vez terminados os seus objectivos.

3.º A comissão será constituída:

Pelo director adjunto do Centro de Informação e Turismo de Angola;

Pelo director técnico da Emissora Nacional de Radiodifusão;

Por um engenheiro electrotécnico dos serviços dos correios, telégrafos e telefones de Angola.

4.º A comissão ficará subordinada directamente ao Governo-Geral de Angola e por seu intermédio poderá agregar ou solicitar a requisição dos funcionários que se tornem necessários aos seus objectivos.

5.º A aprovação do plano geral da radiodifusão de Angola é da competência do Ministro do Ultramar, mas pode o Governo-Geral da província aprovar as alterações e complementos de execução que, pelo decorrer dos trabalhos, se verificarem necessários e que não colidam com a finalidade pretendida com o plano geral aprovado.

6.º A comissão poderá assalariar, na metrópole ou na província, o pessoal eventual que se torne necessário aos seus trabalhos.

7.º Para os trabalhos realizados em regime de administração directa e por tarefas será fixado um fundo permanente, de harmonia com o disposto no Decreto n.º 32 853, de 16 de Julho de 1943, o qual será movimentado nos termos do Decreto n.º 17 881, de 11 de Janeiro de 1931.

8.º A comissão administrativa será constituída pelo director adjunto do Centro de Informação e Turismo de Angola, pelo chefe da secretaria do mesmo organismo e por um funcionário dos serviços de Fazenda e contabilidade da província, a designar pelo Governo-Geral. Os dois últimos funcionários referidos neste artigo perceberão, pelo exercício destas funções, a gratificação que lhes seja atribuída pelo Governo-Geral, mediante proposta da comissão coordenadora do plano de radiodifusão.

§ único. Em caso de impedimento, os membros da comissão administrativa poderão ser substituídos por outros que o Governo-Geral designar.

9.º O Centro de Informação e Turismo e os serviços dos correios, telégrafos e telefones da província, designadamente, e todos os outros serviços darão à comissão coordenadora do plano de radiodifusão toda a colaboração e apoio de que careça e lhes sejam solicitados para o bom desempenho das suas atribuições.

10.º Os encargos de qualquer natureza decorrente do funcionamento da comissão coordenadora do plano de radiodifusão de Angola serão suportados pela dotação inscrita no orçamento da despesa extraordinária do orçamento geral na rubrica «Comunicações e transportes — Telecomunicações», do II Plano de Fomento da província de Angola.

Ministério do Ultramar, 27 de Março de 1961. — O Ministro do Ultramar, *Vasco Lopes Alves*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *Vasco Lopes Alves*.

Direcção-Geral de Fazenda

Decreto n.º 43 565

Tornando-se necessário dar satisfação urgente a propostas inadmiáveis de alguns governos das províncias ultramarinas;

Tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

I

Disposições especiais

A) Guiné

Artigo 1.º Ao médico fisiologista dos serviços de saúde e higiene é fixada uma gratificação mensal de 1800\$.

Art. 2.º Pelas deslocações durante a campanha anti-tuberculosa, e só nos períodos em que esta se realizar, ao médico referido no artigo anterior é atribuído um subsídio diário de 100\$

B) Angola

Art. 3.º Nos serviços de Fazenda e contabilidade são criados os seguintes lugares:

1) Pessoal de nomeação:

1 de secretário de Fazenda de 3.ª classe.

1 de fiscal de impostos.

1 de recebedor de 3.ª classe.

2) Pessoal assalariado:

1 de servente de 3.ª classe.

Art. 4.º Ao quadro do pessoal assalariado do Serviço Meteorológico são aumentados dezassete lugares de servente de 2.ª classe.

Art. 5.º Nos quadros do pessoal da aeronáutica civil são introduzidas as seguintes alterações:

A) Criação de lugares:

1) Pessoal de nomeação:

a) Quadro privativo — Serviços externos — Pessoal técnico auxiliar:

1 de topógrafo de 1.ª classe.

B) Eliminação de lugares:

1) Pessoal assalariado — Serviços externos — Pessoal técnico auxiliar:

1 de topógrafo de 1.ª classe.

C) Moçambique

Art. 6.º Nos serviços de saúde e higiene são introduzidas as seguintes alterações:

1) Pessoal de nomeação:

Quadro complementar de cirurgiões e especialistas:

a) Criação de lugares:

1 de anestesista.

b) Eliminação de lugares:

1 de estatista.